

Fatores explicativos do nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade das empresas brasileiras que adotam as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI)*

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar quais fatores explicam o nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade das empresas brasileiras que adotam as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*, versão *Standards*. Como possíveis fatores explicativos foram considerados o grau de endividamento, se a empresa possui ações negociadas no mercado de valores, setor de atuação e tamanho. Para isso, foram utilizadas 38 empresas que divulgaram o relatório de sustentabilidade do exercício de 2017 na base de dados do GRI e apurado o nível de evidenciação dos relatórios com base nos indicadores gerais (102-1 a 102-56) da versão *Standards*. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi utilizada a estatística descritiva, teste de médias (T de *Student* e *Wilcoxon*), teste de correlação (*Pearson*) e regressão linear (modelo completo e *Stepwise*). Como resultado, observou-se que o tamanho das entidades influencia no nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade, sendo responsável por 9,94% de variação. Observou-se que entre as empresas que apresentaram nível de evidenciação acima da média, cinco pertencem ao setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, segmento de alto impacto ambiental. Por meio da apuração do nível de evidenciação constatou-se que as entidades atendem cerca de 62,05% dos indicadores, devendo aperfeiçoar o relato para transmitir maior transparência aos usuários da informação.

Palavras-chave: Relatório de sustentabilidade; GRI Versão *Standards*; Nível de evidenciação; Fatores explicativos.

Linha temática: Outros temas relevantes em contabilidade – Responsabilidade social e ambiental.

1 Introdução

Nos últimos anos, a atenção pública para a questão ambiental aumentou acentuadamente em decorrência de diversos eventos climáticos extremos, tais eventos demonstraram que o equilíbrio climático do planeta está em risco, ocasionados pela ampla intervenção humana na natureza. Assim, há grande interesse da sociedade em reduzir efeitos nocivos ao meio ambiente e encontrar meios de prosseguir seu desenvolvimento de forma sustentável (Mello, 2009).

Como desenvolvimento sustentável, entende-se o atendimento às necessidades do

Realização:

momento atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades (ONU, 1999).

Por essas razões, investidores têm optado por entidades que possuam em suas políticas organizacionais práticas sustentáveis, a fim de reduzir eventuais danos causados ao meio ambiente (Rodrigues; Machado & Cruz, 2011). A evidenciação das práticas sustentáveis se dá por meio do Relatório de Sustentabilidade, no qual são mensurados e divulgados os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas das organizações, bem como o desempenho de sustentabilidade das empresas (Campos et al., 2013).

A *Global Reporting Initiative (GRI)* é uma organização internacional independente, que auxilia empresas e governos de todo o mundo, a entender e comunicar seu impacto em questões críticas de sustentabilidade, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social, através de diretrizes e padrões globais de relatórios de sustentabilidade (Global Reporting Initiative [GRI], 2018).

Conforme Murcia et al. (2009), em algumas pesquisas já realizadas anteriormente foram constatadas algumas particularidades das empresas que influenciavam no nível de evidenciação ambiental, como o tamanho da entidade, o país em que se situa, nível de governança corporativa, divulgação em anos anteriores, entre outros fatores explicativos.

A partir do cenário exposto, o presente artigo busca responder a seguinte questão: Quais fatores explicam o nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade das empresas brasileiras que adotam as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI)*? Assim, o objetivo geral é analisar os fatores que explicam o nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade das empresas brasileiras que adotam o *Global Reporting Initiative (GRI)*.

Para alcançar este objetivo é necessário identificar o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com a GRI e verificar a existência de fatores explicativos para o nível de evidenciação das entidades da população estudada. Dessa forma, foram identificadas as empresas brasileiras que divulgaram o relatório de sustentabilidade do ano de 2017 em conformidade com as diretrizes do *Global Reporting Initiative (GRI)*, servindo de base para o estudo proposto.

A pesquisa demonstrará como as entidades estão divulgando suas práticas sustentáveis aos usuários da informação e se estão aderindo às diretrizes propostas pela GRI, que são ferramentas utilizadas para padronizar as informações e contribuir na tomada de decisão.

Justifica-se a importância deste estudo, em função da crescente conscientização ambiental da sociedade, que busca cada vez mais por empresas que adotam práticas sustentáveis. Desse modo, as organizações têm se preocupado em investir em práticas sustentáveis e realizar a adequada evidenciação através dos relatórios de sustentabilidade, conforme discutido por Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) agregando valor à organização, garantindo a credibilidade dos consumidores e investidores e promovendo a transparência das informações. Com a crescente adoção de práticas sustentáveis, torna-se relevante compreender os fatores que explicam as diferenças no nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade, conforme as características distintas de cada entidade (Murcia et al., 2009). Também, o presente estudo se mostra relevante para servir de base para pesquisas futuras realizadas na área de contabilidade sobre sustentabilidade.

Realização:



2 Fundamentação Teórica

Nesta seção serão tratados dois tópicos, Global Reporting Initiative (GRI) e trabalhos anteriores.

2.1 Global Reporting Initiative

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização internacional independente e sem fins lucrativos, pioneira em relatórios de sustentabilidade desde 1997 que visa auxiliar empresas e governos a entender e comunicar seu impacto em questões críticas, como mudança climática, direitos humanos, governança e bem-estar social, resultando em ações reais, criando benefícios sociais, ambientais e econômicos para toda a sociedade (GRI, 2018).

Os padrões de relatório de sustentabilidade da GRI, são o principal produto da empresa e são disponibilizados gratuitamente em seu *website*. De acordo com a pesquisa KPMG, citado por GRI (2018) de relatórios de responsabilidade corporativa 2017, 93% das 250 maiores corporações do mundo relatam seu desempenho de sustentabilidade. Nesse contexto:

A prática de divulgar informações de sustentabilidade inspira responsabilidade, ajuda a identificar e gerenciar riscos e permite que as organizações aproveitem novas oportunidades. Relatórios com as Normas GRI apoiam empresas, públicas e privadas, grandes e pequenas, protegem o meio ambiente e melhoram a sociedade, ao mesmo tempo em que prosperam economicamente, melhorando as relações entre governança e partes interessadas, melhorando a reputação e fortalecendo a confiança (GRI, 2018, tradução nossa).

Ao longo dos anos as diretrizes para elaboração do relatório de sustentabilidade foram evoluindo e se modificando. Em 1998 a Global Reporting Initiative elaborou a primeira versão das diretrizes para elaboração do relatório de sustentabilidade, sendo submetida a testes e lançada oficialmente no ano de 2000. No ano de 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, foi lançada a segunda versão das diretrizes, denominada G2. (GRI, 2018c).

Com o crescimento da demanda pela orientação de relatórios de sustentabilidade, no ano de 2006 foi lançada a terceira geração de diretrizes, o G3. Em 2011, foram divulgadas as diretrizes G3.1, sendo uma atualização e conclusão da diretriz G3 já existente. A quarta geração das diretrizes, denominado G4 foi lançado no ano de 2013, atualizando mais uma vez a ferramenta de elaboração dos relatórios. Por fim, no ano de 2016 a GRI divulgou sua versão mais atual dos padrões globais para relatórios de sustentabilidade, a GRI *standards* (GRI, 2018c).

Atualmente, a versão GRI *standards* é a mais recente, devendo ser adotada em todos os relatórios publicados a partir de 1º de julho de 2018 (GRI, 2018b).

Conforme a Global Reporting Initiative (2018b), as normas da versão GRI *standards* são baseadas no conteúdo das Diretrizes G4, versão anterior a *standards*, apresentando como diferença algumas alterações e melhorias. Entre as principais alterações estão: I) A nova estrutura modular, sendo organizada como um conjunto de padrões modulares e inter-relacionados; II) Formato revisado com requisitos mais claros, definida de forma mais explícita o que são os requisitos e o que são recomendações; III) Esclarecimentos de conteúdo, esclarecendo os principais conceitos para melhorar o entendimento e aplicação dos padrões; IV) Edição geral, o conteúdo foi editado trazendo uma linguagem mais simples e clara.

Realização:

A GRI *standards* é um conjunto de diretrizes que se divide em várias partes, a GRI 102 é que trata das divulgações gerais, mostrando os indicadores que devem ser evidenciados no relatório de sustentabilidade a fim de retratar as informações contextuais sobre uma organização. Os indicadores tratados na GRI 102 se dividem em seis seções: perfil organizacional; estratégia; ética e integridade; governança; envolvimento dos *stakeholders* e prática de relatórios (GRI, 2018d)

O perfil organizacional possui treze indicadores (102-1 a 102-13) fornecendo uma visão geral do tamanho da organização, localização geográfica e suas atividades desenvolvidas, perfil dos colaboradores da entidade, participação em associações, iniciativas externas, características da cadeia de fornecedores, ajudando a compreender a natureza da organização e seus impactos econômicos, ambientais e sociais (GRI, 2018d).

Os indicadores da seção estratégia fornecem uma visão geral da estratégia da organização no que diz respeito a sustentabilidade, riscos e oportunidades e possuem apenas dois itens (102-14 e 102-15) (GRI, 2018d).

A ética e integridade, trata dos valores, princípios e normas de comportamento de uma organização em relação aos seus fornecedores, clientes, governo entre outros intermediários, bem como os mecanismos de aconselhamento para difundir os princípios éticos adotados pela entidade, esta seção possui dois itens de evidenciação (102-16 e 102-17) (GRI, 2018d).

A seção governança, mostra uma visão geral da estrutura de administração e a sua composição; o papel do órgão de governança na definição dos propósitos da organização, inclusive valores, estratégia, gestão de riscos e relatórios de sustentabilidade; as competências e avaliação de desempenho do órgão de governança; o papel do órgão de governança na avaliação do desempenho econômico; ambiental e social e as remunerações e incentivos. Esta seção possui vinte e dois indicadores (102 -18 a 102-39) (GRI, 2018d).

A seção envolvimento com os *stakeholders*, fornece informações sobre os grupos de interesse que a entidade deseja se engajar, a abordagem utilizada, a frequência do relacionamento com as partes interessadas e os principais temas e preocupações levantadas por meio do envolvimento com os *stakeholders* (102-40 a 102-44) (GRI, 2018d).

A última seção, prática de relatórios, demonstra uma visão do processo que uma organização tem seguido para definir o conteúdo de seu relatório de sustentabilidade e também os processos seguidos para identificar os temas materiais e seus limites, juntamente com quaisquer alterações ou atualizações em relação aos relatórios de anos anteriores, além disso, são fornecidas informações básicas sobre o relatório, a versão GRI utilizada e sumário do conteúdo GRI presente no relatório. Este tópico possui doze indicadores (102-45 a 102-56, GRI, 2018d).

2.2 Trabalhos anteriores

Assim como o presente estudo, várias outras pesquisas científicas já foram realizadas a fim de identificar o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com a GRI e as características das organizações que são possíveis fatores explicativos para a variação no nível de evidenciação dos relatórios, conforme quadro 1.

Realização:

Quadro 1 – Trabalhos anteriores

| AUTOR | RESULTADO DA PESQUISA |
|------------------------------------|---|
| Murcia et al. (2008) | Constatou que as características auditoria, tamanho da empresa e presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) são fatores explicativos para o nível de evidenciação |
| Madalena et al. (2016) | Constatou o aumento no nível de evidenciação das empresas, bem como o aumento no percentual de empresas que evidenciaram todos os indicadores essenciais. |
| Souza (2011) | Constatou que as características auditoria e tamanho da empresa são fatores explicativos para o nível de evidenciação. |
| Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) | Constatou que quanto mais complexa a informação do indicador, menor o nível de evidenciação. Em relação ao setor de atuação, o segmento utilidade pública apresentou maior nível de evidenciação. |
| Demonier, Demonier e Pires (2015) | Observou que cerca de 65% dos indicadores analisados foram evidenciados. |
| Oliveira et al. (2013) | Constatou que até 2008 o volume de publicações com adesão a GRI eram bem reduzidas e observou que as empresas do setor de energia publicam mais que os demais segmentos. |
| Miranda e Malaquias (2013) | Observou que o nível de evidenciação das empresas aumentou no ano de 2010, em comparação com as publicações de 2005. Constatou ainda que a variável tamanho parece exercer influência no nível de evidenciação das entidades. |
| Gomes et al. (2015) | Identificou que o tamanho e o nível de desempenho são fatores explicativos para o nível de evidenciação das entidades. |
| Burgwal e Vieira (2014) | Constatou que o tamanho da entidade e o setor são fatores explicativos para o nível de evidenciação. |
| Braga e Ricarte (2015) | Constatou que o tamanho da entidade é um fator explicativo para o nível de evidenciação. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Murcia et al. (2008) realizou uma pesquisa cujo objetivo era identificar os fatores que explicam a evidenciação ambiental das organizações e para isso, utilizou como amostra as empresas abertas com ações listadas na B3 que publicaram as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2006, pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Como variáveis das características das entidades foram formuladas seis hipóteses, relativas ao tamanho da empresa, rentabilidade, endividamento, serviço de auditoria, sustentabilidade empresarial e internacionalização.

Como resultado, foi encontrada a relação de fatores explicativos em três variáveis, Murcia et.al (2008) constatou que as empresas auditadas por ‘big four’, companhias maiores e presentes no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), evidenciam mais informações de caráter ambiental.

Na pesquisa de Madalena et al. (2016), foi realizado um estudo com o objetivo de identificar o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com as diretrizes do Global Reporting Initiative. Como fonte de dados foram coletados os relatórios de sustentabilidade do ano de 2013 publicados em conformidade com a versão G3 das diretrizes da GRI, das empresas de capital aberto pertencentes ao nível A+ de evidenciação da versão G3, como critério de escolha foi utilizado a listagem do ISE divulgado pela B3.

Como resultado, Madalena et al. (2016) identificou um aumento no nível de evidenciação, comparado com estudos anteriores realizados, observou ainda, um aumento de 66,67% de

Realização:

empresas da amostra que evidenciaram todos os indicadores essenciais.

Souza (2011), realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar os fatores significativos para explicar o nível de evidenciação da perda do valor recuperável de ativos, para isso foram verificadas as notas explicativas dos anos de 2008 e 2009 de todas as empresas listadas a B3. Foram testadas sete hipóteses com base nas variáveis: tamanho, rentabilidade, empresa de auditoria, governança corporativa, internacionalização, oportunidades de crescimento e endividamento.

O resultado da pesquisa de Souza (2011) demonstrou que as empresas maiores e auditadas por *Big Four* tendem a ter maior nível de evidenciação.

O estudo de Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) teve como objetivo analisar o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade e observar possíveis fatores explicativos. A pesquisa permitiu concluir que a medida em que há maior complexidade nas informações dos grupos de indicadores apresentados no relatório de sustentabilidade, reduz-se o nível de evidenciação. Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) constataram também que em relação ao setor de atuação, as empresas do segmento de utilidade pública apresentaram maior nível de evidenciação comparada às demais da amostra. Em relação aos fatores explicativos, os resultados apresentaram indícios de que as empresas maiores, com comitê de auditoria, que não possuem investidor institucional, com nível diferenciado de governança corporativa, com maior concentração de capital e com maior nível de endividamento, apresentaram níveis mais elevados de evidenciação, entretanto, as diferenças não foram significativas.

Demonier, Demonier e Pires (2015), realizou uma pesquisa com o objetivo identificar o nível de adesão do relatório de sustentabilidade as diretrizes GRI G3, para isso utilizou como base para o estudo as cinco maiores empresas atuantes no mercado capixaba, que adotaram o modelo GRI G3 no exercício de 2012. Os resultados demonstraram que apesar dos sete anos de existência do modelo GRI, as empresas ainda não conseguiram aderir completamente ao modelo. Aproximadamente 65% dos indicadores foram atendidos, conforme requisitos mínimos solicitados, foi constatado ainda que o nível de evidenciação não teve relação com o tamanho das entidades (medido através da receita), porém houve indícios que o seguimento pode ser um fator explicativo (Demonier; Demonier & Pires, 2015).

Oliveira et al. (2013), buscou identificar o nível de adesão e o volume de publicação dos relatórios de sustentabilidade conforme as diretrizes da GRI entre os anos de 2000 a 2008. Para a análise foram observados os volumes de relatórios publicados globalmente e definidas cinco variáveis: setor econômico, ano de adesão as diretrizes, nível de aplicação das diretrizes, existência de ações negociadas na B3 e participação no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da B3.

A pesquisa permitiu concluir que as publicações de relatórios conforme o modelo GRI são bem reduzidos, sendo adotados por poucas entidades. Com relação as características analisadas, constatou-se que as empresas do setor de energia publicaram mais em relação aos demais segmentos (Oliveira et al., 2013).

Miranda e Malaquias (2013), tinham como objetivo geral da pesquisa comparar o nível de *disclosure* ambiental fornecido pelas companhias em suas demonstrações contábeis, comparando os dados publicados no ano de 2005 com os publicados em 2010. Para isso avaliaram as empresas

Realização:



brasileiras listadas na B3, que negociavam papéis na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

Como resultado, foi observado que o nível de *disclosure* aumentou com o decorrer dos anos, sendo possível ainda verificar que a variável de tamanho parece exercer influência no nível de evidenciação ambiental das empresas analisadas (Miranda & Malaquias, 2013).

Gomes et al. (2015), investigou a relação das características econômico-financeiras das empresas e os respectivos níveis de *disclosure* voluntário em conformidade com as diretrizes da GRI. Para isso foram analisados os dados de empresas de capital aberto dos quatro países pertencentes ao BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – que publicaram no ano de 2010 relatórios de sustentabilidade conforme as diretrizes da GRI.

Constataram que o nível de evidenciação está associado a incentivos econômicos. O desempenho e o tamanho da entidade se mostraram como um fator explicativo para o nível de evidenciação das empresas (GOMES et al., 2015).

Burgwal e Vieira (2014), realizaram uma pesquisa cujo objetivo era identificar variáveis que possuam impacto significativo no nível das práticas de divulgação ambiental conforme a GRI. Para isso foram coletados os dados de companhias abertas holandesas. Como variáveis foram utilizadas: o tamanho da companhia, o setor e a lucratividade.

Os testes estatísticos comprovaram que o tamanho da entidade e o setor apresentaram uma associação significativa com o nível de evidenciação (Burgwal & Vieira, 2014).

Braga e Ricarte (2015), realizaram um estudo cujo objetivo era identificar o nível de divulgação da informação socioambiental das empresas do setor de energia elétrica brasileiro no ano de 2012. Para análise, utilizaram as seguintes variáveis: rentabilidade, tamanho, investimento sociais internos e externos e investimentos ambientais.

Como resultado, foi constatado que a variável tamanho da entidade é um fator significativo no nível de evidenciação das empresas analisadas (Braga & Ricarte, 2015).

Conforme estudos realizados demonstrados acima, diversas pesquisas buscam identificar o nível de evidenciação e as características das entidades que podem ser fatores explicativos para esta variação, indo ao encontro do objetivo do presente estudo.

3 Metodologia

Os procedimentos metodológicos empregados no estudo científico contemplam quanto ao objetivo, a pesquisa descritiva, sendo aplicado como procedimento de coleta de dados a pesquisa documental e abordando o problema de forma quantitativa, através de testes estatísticos que contribuíram para interpretação e análise das informações.

A pesquisa descritiva retrata aspectos e comportamentos da população analisada, esclarecendo determinadas características e aspectos inerentes a ela. Este método de pesquisa, preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sem que haja a manipulação do pesquisador (Beuren et al., 2003).

Conforme Beuren et al. (2003), como uma das características mais significativas da pesquisa descritiva, tem-se a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, sendo aplicado no presente artigo o procedimento da pesquisa documental. Este procedimento baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com o objetivo do estudo, visando dessa forma, selecionar, tratar e interpretar as

Realização:

informações brutas, a fim de extrair algum sentido e introduzir lhe algum valor.

A tipologia da pesquisa quanto a abordagem do problema se configura como quantitativa, caracterizando-se, segundo Beuren et al. (2003) pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, em uma tentativa de compreender por meio de uma amostra o comportamento de uma população.

Como amostra para o desenvolvimento do trabalho, foram identificadas as empresas constantes na base de dados da GRI que divulgaram o relatório de sustentabilidade referente ao exercício do ano de 2017. Inicialmente foram identificadas 56 empresas, sendo excluídas entidades que não divulgaram os demonstrativos contábeis ou que divulgaram apenas a versão preliminar do relatório de sustentabilidade, resultando em 38 entidades aptas para presente pesquisa.

Para coleta de dados, foram reunidos os relatórios de sustentabilidade das entidades e aplicado um *check list* para observar se foram considerados os indicadores gerais (102-1 a 102-56) definidos na GRI versão *Standards* (<https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>). Assim, foi atribuída uma pontuação para os indicadores que foram divulgados adequadamente, chegando desse modo ao nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas coletadas. Desta forma foi atribuído zero pontos se não houve evidenciação do indicador, um ponto se atende parcialmente aos requisitos da evidenciação e dois se atende totalmente ao conteúdo estabelecido na norma.

Após a atribuição dos pontos, foi calculado o nível de evidenciação, considerando que a pontuação máxima possível para um relatório que atende completamente as diretrizes exigidas são 112 pontos, tendo em vista 56 indicadores gerais de dois pontos cada. Assim, foi realizada a somatória de pontos obtida por cada entidade e dividido o valor por 112, resultando no percentual correspondente ao nível evidenciação.

Foram consideradas ainda, algumas características a fim de verificar a existência de fatores explicativos para a variação do nível de evidenciação das empresas analisadas, como o grau de endividamento, se possui ações negociadas no mercado de valores, setor de atuação e tamanho.

O grau de endividamento, medido através da fórmula capital de terceiros/ total do ativo, demonstra quanto a empresa possui de capital de terceiros para cada real do ativo. Segundo Murcia et al. (2008), gestores de entidades que possuem maior nível de endividamento tendem a divulgar mais informações aos usuários para satisfazer os credores e remover suspeitas sobre a transparência de riqueza dos acionistas.

A negociação de ações no mercado de valores e balcão, B3, exige que as entidades publiquem informações acerca do patrimônio e demais eventos contábeis ou financeiros pertinentes, conforme legislação vigente aplicável e de forma padronizada e objetiva aos usuários da informação (Ghani, Martelanc & Kayo, 2015). Dessa forma, espera-se que as empresas listadas na B3 apresentem maior nível de evidenciação em seus relatórios.

Em relação ao setor de atuação (Domenico; Tormem & Mazzioni, 2017), espera-se que o nível de evidenciação varie de acordo com a amplitude do impacto ambiental praticado pelas entidades em suas atividades produtivas. Esta variável foi identificada conforme a classificação setorial internacional definido pelo código *North America Industrial Classification* (NAICS,

Realização:

2019).

O tamanho da entidade, composto pelo tamanho do ativo, tende a ser outro fator que pode estar relacionado com o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade. Conforme Murcia et al. (2008), empresas com maior visibilidade tendem a evidenciar mais, aumentando assim sua reputação corporativa. Para apuração da variável tamanho foi utilizado como *proxy* o logaritmo natural aos dados coletados de ativo total de cada entidade, conforme Teixeira, Nossa e Funchal (2011).

Em vista das características tratadas acima, para analisar os dados coletados foram realizados também diversos testes estatísticos a fim de observar se a relação entre as características das empresas e o nível de evidenciação proposto pelo problema da pesquisa ocorre, reconhecendo dessa forma, a existência de fatores explicativos.

A estatística descritiva, composta por diversas medidas como: média, mediana, desvio padrão, mínimo, máximo, foi apresentada para explorar as informações específicas das variáveis. Esta foi a etapa inicial da análise estatística, sendo utilizada para descrever o conjunto de dados utilizado na pesquisa (Barbetta, 2010).

Foi realizado o teste de comparação entre duas amostras que, de acordo com Barbetta (2010), permite avaliar se as diferenças observadas entre os dois grupos podem ser meramente justificadas por fatores casuais, ou se tais diferenças são reais e significativas. Para o teste de média foram realizados previamente o Teste de *Skewness and Kurtosis* e Teste de Homogeneidade que são pressupostos do teste de média para detectar a normalidade e homogeneidade. Para as variáveis que apresentaram normalidade e homogeneidade foi aplicado o teste T de *Student* e para as variáveis que não apresentaram normalidade foi aplicado o teste de *Wilcoxon*, a fim de realizar a adequada comparação das amostras de acordo com as peculiaridades de cada variável.

A análise de correlação, cujo método é utilizado para avaliar o grau de relacionamento entre as variáveis (Barbetta, 2010), foi aplicada a fim de identificar se existe relação entre as características das empresas analisadas e o grau de evidenciação de seus relatórios. Dessa forma, para as características quantitativas foi aplicado o teste de correlação de *Pearson*, sendo possível identificar forte correlação nas variáveis que apresentaram coeficiente próximo a um ou menos um.

Para verificar a possível existência de multicolinearidade entre as variáveis utilizadas, foi observado no teste de *Pearson* se as variáveis tamanho e grau de endividamento apresentavam forte correlação entre si, após o teste esta hipótese foi descartada. Foi realizado ainda o teste *Variance Inflation Factor* (VIF), segundo teste para detectar a possibilidade de multicolinearidade entre as variáveis. O resultado apontou que não há problema de multicolinearidade entre as variáveis utilizadas, pois o resultado foi abaixo de cinco, como sugerido por Fávero et al. (2009).

O teste de *Breusch-Pagan* foi aplicado para detectar a existência de heterocedasticidade entre as variáveis independentes e apresentou o resultado de 0,6839. Como foi acima de 0,05, as variáveis não apresentam problema de heterocedasticidade.

Após assegurar que a variável dependente tem normalidade a partir do resultado do Teste de *Skewness and Kurtosis* e que o modelo não possui problema de multicolinearidade e

Realização:

heterocedasticidade, foi realizada a regressão linear. Segundo Barbetta (2010), a regressão linear relaciona uma variável dependente com variáveis independentes ou explicativas, sendo possível identificar na amostra estudada qual percentual de variação da variável dependente é explicado pela variável independente. Para assegurar a significância da variável indicada no modelo de regressão linear, foi utilizado modelo *Stepwise*.

4 Análise dos resultados

Nesta seção serão tratados quatro tópicos: análise descritiva, análise do teste de médias, análise de correlação e regressão linear.

4.1 Análise Descritiva

A fim de atingir o objetivo proposto pela pesquisa, foram coletados os dados de 38 entidades brasileiras que divulgaram o relatório de sustentabilidade referente ao exercício do ano de 2017 na base de dados da GRI.

Dessa forma, além da apuração do nível de evidenciação (N. E. GRI) dos relatórios de sustentabilidade, foram coletadas as variáveis setor de atuação, se a entidade está listada na B3 (B3), o grau de endividamento (G. E.) e o tamanho (TAM.), conforme exposto no Quadro 2 referente a coleta de dados.

Quadro 2 – Coleta de dados

| COLETA DE DADOS | | | | | | |
|--|-----------|---|-----|---------|--------|--|
| ENTIDADE | N. E. GRI | CARACTERÍSTICAS | | | | |
| | | SETOR | B3 | G. E. | TAM. | |
| 1 A. C. Camargo Cancer Center | 91,07% | Hospitais de Cirurgia e Méd. em Geral | NÃO | 11,57% | 14,668 | |
| 2 Aliance Shopping Centers | 49,11% | Locadora de imóveis | SIM | 47,81% | 15,383 | |
| 3 Banco do Brasil | 73,21% | Bancos | SIM | 92,79% | 21,037 | |
| 4 Banco do Estado do Pará S. A. - Banpará | 62,50% | Bancos | SIM | 85,23% | 15,752 | |
| 5 Casa da Moeda do Brasil | 63,39% | Autoridades monetárias - Banco Central | NÃO | 30,20% | 14,925 | |
| 6 Cia Est. de Dist. de Ener. Elét. (CEEE-D) | 52,68% | Empresa de eletricidade, gás e água | SIM | 132,46% | 15,156 | |
| 7 Cia Est. de Ger. e Trans. de Ener. Elét. (CEEE-GT) | 50,00% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | SIM | 50,52% | 15,369 | |
| 8 Celulosi Irani S A | 73,21% | Indústria de papel, celulose e papelão | SIM | 77,31% | 14,222 | |
| 9 Central Nacional Unimed | 57,14% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 64,50% | 14,304 | |
| 10 Cia energética de São Paulo (CESP) | 75,00% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | SIM | 36,09% | 16,225 | |
| 11 Cia Hidro Elétrica de São Francisco (CHESF) | 63,39% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | NÃO | 47,74% | 16,836 | |
| 12 Cia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) | 55,36% | Água, esgoto e outros sistemas | NÃO | 56,27% | 16,428 | |
| 13 Cia Brasileira de Alumínio (CBA) | 58,93% | Produção primária de alumínio | NÃO | 50,10% | 16,244 | |
| 14 CPFL Renováveis | 60,71% | Empresa de eletricidade, gás e água | SIM | 67,81% | 16,369 | |
| 15 Energias do Brasil S. A. (EDP) | 77,68% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | SIM | 56,15% | 16,841 | |
| 16 Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras) | 82,14% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | SIM | 75,28% | 18,969 | |
| 17 Eletrobras Eletronuclear | 58,93% | Geração de Energia Elétrica Nuclear | NÃO | 158,39% | 15,992 | |
| 18 Eletrobras Furnas | 74,11% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | NÃO | 48,40% | 17,475 | |
| 19 Embraer | 83,04% | Indústria de equipamentos aeroespaciais | SIM | 65,11% | 17,495 | |
| 20 Engie Brasil Energia (Tractebel Energia) | 67,86% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | SIM | 65,07% | 16,789 | |
| 21 Equatorial Energia | 43,75% | Geração, trans. e distri. de energ. elét. | SIM | 67,13% | 16,677 | |

| | | | | | | |
|----|---|--------|--|-----|--------|--------|
| 22 | Fundação Banco do Brasil | 59,82% | Organizações Cívicas e Sociais | NÃO | 30,75% | 12,704 |
| 23 | Itaipu Binacional | 68,75% | Geração de Energia Hidroelétrica | NÃO | 99,14% | 17,466 |
| 24 | Liga Solidária | 50,89% | Outras Organizações de Defesa Social | NÃO | 9,07% | 12,493 |
| 25 | Multiplus | 66,07% | Outros serviços de apoio | NÃO | 86,07% | 14,359 |
| 26 | OuroFino Saúde Animal | 73,21% | Indústria de remédios | SIM | 49,94% | 13,605 |
| 27 | Renault Brazil | 65,18% | Fabricação de Automóvel | NÃO | 77,26% | 15,842 |
| 28 | Cia de Saneam. Básico do Est. de S. P. (SABESP) | 61,61% | Instalações de Tratamento de Esgoto | NÃO | 55,72% | 17,493 |
| 29 | Sirio Libanes Hospital | 58,93% | Hospitais de Cirurgia e Méd. em Geral | NÃO | 32,76% | 14,659 |
| 30 | UFSC | 43,75% | Faculdades, Univers. e Escolas Profissi. | NÃO | 2,52% | 13,766 |
| 31 | Unimed Amparo | 61,61% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 64,57% | 11,023 |
| 32 | Unimed Campinas | 75,89% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 61,32% | 13,430 |
| 33 | Unimed Cuiabá | 67,86% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 54,48% | 12,977 |
| 34 | Unimed do Brasil (Conf. Nac. das Cooper. Méd.) | 49,11% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 38,58% | 12,679 |
| 35 | Unimed Goiânia | 58,93% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 71,88% | 13,610 |
| 36 | Unimed Limeira | 55,36% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 48,38% | 11,231 |
| 37 | Unimed Vitória | 71,43% | Cia Diretas de Seguro Méd. e de Saúde | NÃO | 63,34% | 13,257 |
| 38 | Votorantim Energia | 60,71% | Geração, trans. e distri. de energ. eléct. | NÃO | 84,48% | 14,465 |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com o intuito de explorar as informações específicas das variáveis, foi apresentada a estatística descritiva contendo os elementos: média, mediana, desvio padrão, mínimo e máximo dos dados. A Tabela 1 mostra os resultados encontrados (a sigla NSA corresponde a eventuais situações em que não se aplica a medida descritiva).

Tabela 1 – Estatística descritiva

| Variáveis | Média | Mediana | Desvio-Padrão | Mínimo | Máximo | Observações |
|----------------|-------|---------|---------------|--------|--------|-------------|
| Evidenciação | 63,74 | 62,05 | 10,97 | 43,75 | 91,07 | 38 |
| Endividamento | 60,95 | 58,79 | 30,00 | 2,52 | 158,39 | 38 |
| Capital Aberto | NSA | NSA | NSA | 0 | 1 | 38 |
| Tamanho | 15,21 | 15,26 | 2,08 | 11,02 | 21,03 | 38 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação ao nível de evidenciação, observa-se que sobre a totalidade das empresas analisadas apenas 16 apresentaram o percentual acima da média de 63,74%. Destas, cinco pertencem ao setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e três pertencem ao setor de companhias diretas de seguro médico e de saúde. Este resultado pode se justificar por serem empresas pertencentes a setores de alto impacto no meio ambiente, como o segmento de energia elétrica.

Por outro lado, se observou que nenhuma empresa evidenciou completamente todos os indicadores propostos pela GRI, o nível máximo de evidenciação constatado pertence a empresa A. C. Camargo Câncer Center, do setor hospital de cirurgias e médicos em geral, com 91,07% do seu relatório em conformidade com as diretrizes. Metade da amostra analisada apresentou nível de evidenciação maior ou igual a 62,05%, ou seja, apesar de nenhuma entidade evidenciar 100% em conformidade com a GRI, as entidades aplicam na prática mais da metade das diretrizes fornecidas pela GRI.

Realização:

Em relação ao grau de endividamento, as empresas analisadas apresentaram em média 60,95% de endividamento, ou seja, em média as entidades analisadas possuem R\$ 0,60 de capital de terceiros para cada real de ativo. O desvio padrão da variável foi alta, apresentando grande dispersão entre os dados de cada entidade e grande amplitude dos dados, sendo o menor valor 2,52% e o maior 158,39%.

A variável tamanho apresentou mediana de 15,26 (logaritmo natural do Ativo), demonstrando que apesar de apresentar intervalo entre 11,02 e 21,04, o tamanho de metade das entidades analisadas está próximo ao limite mínimo identificado. O baixo desvio padrão demonstra que os dados apresentam pouca dispersão entre si.

4.2 Análise do teste de médias

A análise do teste de médias foi realizada para identificar se as diferenças observadas entre os dois grupos podem ser meramente justificadas por fatores casuais, ou se tais diferenças são reais e significativas (Barbetta, 2010). Conforme exposto na tabela 2, o nível de evidenciação das empresas que negociam ações no mercado de valores não difere do nível de evidenciação das empresas de capital fechado. Em relação ao grau de endividamento, foi constatado o mesmo resultado, não há diferença do grau de endividamento entre as empresas listadas na B3 e as empresas de capital fechado.

Tabela 2 – Teste de médias

| Variáveis | Evidenciação | Endividamento | Tamanho |
|--------------------------------|--------------|---------------|----------|
| Teste de Skewness and Kurtosis | 0,711 | 0,011 | 0,494 |
| Teste de Homogeneidade | 0,064 | | 0,601 |
| Teste T de Student | -0,97 | | -2,99*** |
| Teste de Wilcoxon | | -1,72* | |

Fonte: Elaborado pelos autores

A variável de tamanho apresentou diferença significativa ao nível de confiança de 1%, mostrando que há diferença de tamanho entre as entidades listadas na B3 e as entidades de capital fechado. A relação pode ser justificável pois em geral as entidades abrem o capital com intuito de captar recursos para atingir suas metas estratégicas, dessa forma, empresas listadas no mercado de valores podem ser maiores que as de capital fechado (Ghani, Martelanc & Kayo, 2015).

4.3 Análise de Correlação

Foi realizado o teste de correlação de *Pearson*, para identificar se há correlação entre as variáveis quantitativas e o nível de evidenciação das entidades analisadas, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Análise da correlação

| Variáveis | Evidenciação | Endividamento | Tamanho |
|---------------|--------------|---------------|---------|
| Evidenciação | 1 | | |
| Endividamento | 0,044 | 1 | |
| Tamanho | 0,315* | 0,316* | 1 |

Fonte: Elaborado pelos autores

Realização:

Ao analisar a relação da variável dependente nível de evidenciação, observa-se que a maior correlação foi com o tamanho com coeficiente de 0,315, dessa forma o tamanho pode estar influenciando no nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade. Quanto as variáveis de tamanho e endividamento, a correlação apresentou o coeficiente de 0,316, o que descartou a hipótese de multicolinearidade.

4.3 Regressão linear

A regressão linear possibilita identificar qual a variação no nível de evidenciação explicado pelas variáveis grau de endividamento, capital aberto e tamanho. Antes de realizar a regressão linear foram realizados testes (*Pearson*, VIF e *Breusch-Pagan*) para garantir que não há problemas de multicolinearidade e heterocedasticidade que poderiam distorcer a informação fornecida pela análise. Na tabela 4 constam os resultados da regressão linear

O grau de endividamento, conforme modelo de regressão *Stepwise*, não apresenta relação com o nível de evidenciação, isso pode se justificar pois o grau de endividamento decorre de características operacionais, podendo variar de acordo com o segmento de atuação da entidade.

O capital aberto (B3), conforme modelo de regressão *Stepwise*, também não apresentou relação com o nível de evidenciação. Apesar de empresas listadas na B3 divulgarem obrigatoriamente grande número de informações aos usuários, o relatório de sustentabilidade, por ser uma informação voluntária, pode não receber a mesma relevância pelas entidades que as demais demonstrações contábeis.

Tabela 4 – Regressão linear

| Variáveis | Modelo Completo | | Modelo Stepwise | |
|----------------|-----------------|---------|-----------------|---------|
| | Coef. | T | Coef. | T |
| Endividamento | -0,0232 | -0,37 | | |
| Capital Aberto | 0,6564 | 0,16 | | |
| Tamanho | 1,6933 | 1,72* | 1,6509 | 1,99* |
| Constante | 39,1571 | 2,79*** | 38,5457 | 3,02*** |
| Observações | 38 | | 38 | |
| Teste F | 1,31 | | 3,97* | |
| R ² | 0,1034 | | 0,0994 | |

Fonte: Elaborado pelos autores

O tamanho, conforme modelo de regressão *Stepwise*, apresentou relação positiva com nível de evidenciação. O resultado da regressão confirmou a hipótese levantada por Murcia et al. (2008) que empresas com maior visibilidade tendem a evidenciar mais, aumentando assim sua reputação corporativa. O R² do modelo de regressão *Stepwise* foi 0,0994, o que significa que 09,94% da variação no nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade é explicado pelo tamanho da entidade.

5 Conclusão

A presente pesquisa analisou os fatores que explicam o nível de evidenciação do relatório de sustentabilidade das empresas brasileiras que adotam o *Global Reporting Initiative* (GRI).

Realização:

Como fatores explicativos foi considerado o grau de endividamento, se empresa está listada na B3, o setor de atuação e o tamanho da entidade. Inicialmente, foi apurado o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade conforme os indicadores gerais da GRI *Standards* e coletado os dados do passivo total e ativo total para o grau de endividamento, realizado o logaritmo natural do ativo total para o proxy de tamanho, identificado o setor de atuação conforme NAICS e identificado se a empresa está listada na B3 para a variável capital aberto.

Para alcançar o objetivo foram realizados alguns testes estatísticos com o intuito de transformar os dados coletados em informação com valor agregado, sendo eles a estatística descritiva das variáveis, teste de médias (T de *Student* e *Wilcoxon*), teste de correlação (*Pearson*) e regressão linear (modelo completo e *Stepwise*).

Como resultado, constatou-se que o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com as diretrizes da GRI foi de 62,05%, valor abaixo do encontrado na pesquisa de Demonier, Demonier e Pires (2015) que identificou que a evidenciação das empresas no exercício de 2012 era de 65%.

No tocante aos fatores explicativos para a variação no nível de evidenciação dos relatórios, foi identificado que o tamanho é uma característica que influencia a evidenciação, conforme também observado nas pesquisas de Murcia et al. (2008), Souza (2011), Miranda e Malaquias (2013), Gomes et al. (2015), Burgwal e Vieira (2014) e Braga e Ricarte (2015), sendo responsável pela variação de 09,94% no nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade em conformidade com a GRI.

De certa forma, esperava-se que as empresas listadas na B3 apresentassem maior nível de evidenciação, pois há a exigência que divulguem diversas informações acerca do patrimônio aos usuários da informação. Do mesmo modo, esperava-se que o grau de endividamento fosse um fator explicativo, pois conforme Murcia et al. (2008) gestores de entidades que possuem maior nível de endividamento tendem a divulgar mais informações aos usuários para satisfazer os credores e remover suspeitas sobre a transparência de riqueza dos acionistas. As duas variáveis foram descartadas, não sendo fatores explicativos para o nível de evidenciação.

Em relação ao setor de atuação, foi observado que das empresas que apresentaram nível acima da média de 63,74%, cinco pertencem ao segmento de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conforme também observado na pesquisa de Oliveira et al. (2013), o que corrobora com a hipótese que as atividades operacionais que exercem maior impacto no meio ambiente tendem a evidenciar mais em seus relatórios de sustentabilidade.

O resultado obtido na pesquisa se mostra relevante para contribuir com o conhecimento científico e servir de base para pesquisas futuras realizadas na área de contabilidade sobre sustentabilidade.

Para os próximos estudos sugere-se que seja aumentado o período analisado a fim de verificar a variação do nível de evidenciação ao longo dos anos e que sejam utilizadas outras características como possíveis fatores explicativos para o nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

Realização:



Beuren, I. M. et al. (2013). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. Editora Atlas SA.

Braga, C., & Ricarte, L. (2015). Fatores determinantes do nível de divulgação da informação socioambiental no setor de energia elétrica. In *Anais do Congresso Nacional de Excelência em*.

Burgwal, D., & Vieira, R. J. O. (2014). Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(64), 60-78.

Campos, L., Maria, D. S., Sehnem, S., Oliveira, M. D. A. S., Rossetto, A., Coelho, A. L. D. A. L., & Dalfovo, M. S. (2013). Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *Gestão & Produção*, 20 (4), 913-926.

ONU - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1999). *Nosso Futuro Comum*. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (DESA). 1999. Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>. Acesso em: 23 set. 2018.

Demonier, J., Demonier, G., & Pires, M. A. (2015). Nível de Adesão das Empresas atuantes no Mercado Capixaba ao Modelo de Relatório de Sustentabilidade GRI. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 5(3).

Domenico, D., Tormem, L., & Mazzioni, S. (2017). Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(49), 84-100.

Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier

Ghani, A. N. A., Martelanc, R., & Kayo, E. K. (2015). Ha diferenca de restricao de credito para empresas de capital aberto e fechado no Brasil? Evidencia empirica pela abordagem do cash flow sensitivity. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 85-92.

Gomes, P. H. V., De Luca, M. M. M., de Vasconcelos, A. C., & Ponte, V. M. R. R. (2015). Fatores determinantes do disclosure voluntário sob o enfoque da sustentabilidade: uma análise das empresas dos países do BRIC. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 9(2), 70.

Global Reporting Initiative (GRI) (2018). O que é? Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em 23 set. 2018.

Realização:

Global Reporting Initiative (GRI). (2018b) Perguntas sobre a transição do G4 para o GRI standards. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/questions-and-feedback/transitioning-from-g4-to-gri-standards/>. Acesso em 18 nov. 2018.

Global Reporting Initiative (GRI). (2018c). História da GRI. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI's%20history.aspx>. Acesso em 18 nov. 2018.

Global Reporting Initiative (GRI). (2018d). Centro de download de padrões GRI. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/standards/gri-standards-download-center/>. Acesso em 18 nov. 2018.

Madalena, J. D., Rover, S., Ferreira, D. M., & Ferreira, L. F. (2016). Estudo dos relatórios de sustentabilidade GRI de empresas brasileiras. *Electronic Journal of Management, Education and Environmental Technology (REGET)*, 20(1), 566-579.

Hogan, D. J. (2009). *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. NEPO/Unicamp.

Miranda, W. B., & Malaquias, R. F. (2013). Análise do nível de evidenciação ambiental de empresas brasileiras que negociam ADRS na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE). *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 5(1), 93-111.

Murcia, F. D. R., Rover, S., Lima, I., Fávero, L. P., & Lima, G. (2009). 'Disclosure Verde' nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 11(1-2).

North America Industrial Classification, NAICS (2019). Disponível em: https://xe.bravosolution.com/publicaccess/CodesList.jsp?idtoopen=NAICSCodesList&lcid=pt_BR. Acesso em: 30 maio 2019.

Oliveira, M. D. A. S., Campos, L. M. D. S., Sehnem, S., & Rossetto, A. M. (2014). Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. *Produção*, 24(2), 392-404.

Rodrigues, J. M., Machado, D. G., & da Cruz, A. P. C. (2011). Evidenciação de custos ambientais em empresas do segmento de adubos e fertilizantes. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(15), 63-86.

Souza, Maíra Melo de. (2011) *Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital*

Realização:

aberto brasileiras, 2011. 127f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Teixeira, E. A., Nossa, V., & Funchal, B. (2011). O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(55), 29-44.

Realização:

